



ESCOLAS SEM ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: INOVAÇÕES E INCERTEZAS DA EDUCAÇÃO-CIDADÃ

Ida Claudia Pessoa Brasil, e-mail: idaclaudia.brasil@gmail.com

Maria Caroline de Souza Rodrigues, e-mail: rodrigues.caroline07@gmail.com

Associação Goiana de Administração / Comitê Científico / Goiânia/GO

Resumo:

Este artigo analisa aspectos de inovação e de incertezas na área temática da Administração Pública. Tem como objetivo tornar visível a existência de escolas sem energia elétrica no Brasil e a limitação de inclusão de melhorias tecnológicas. Trata-se de refletir sobre o dilema brasileiro da qualidade da educação-cidadã e das entregas realizadas pelo Estado à sociedade brasileira previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). O desafio da pesquisa foi identificar e analisar situações da realidade nacional e o contexto das escolas sem energia elétrica podem ser consideradas “escolas-cidadãs”. O levantamento de dados foi realizado por meio de pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados indicaram escassez de dados históricos e consolidados sobre o tema, caracterizando-se o conteúdo deste artigo como exploratório. A análise indicou que a ausência de infraestrutura nas escolas impacta a integridade dos direitos de “educação”, “direitos sociais” e “cidadania” previstos na Constituição Federal de 1988. Permanecem grandes os desafios da Administração Pública para assegurar a educação de qualidade no Brasil e o respeito às Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Palavras-Chave: Educação Pública, Cidadania; Incertezas.

1. Introdução

Este artigo tem por finalidade ampliar uma reflexão conceitual e social da realidade Administração Pública no que se refere a incertezas da implementação de políticas públicas educacionais inclusivas, digitais, de qualidade, enquanto um direito de todos. Buscou-se abordar da questão da integridade conceitual de “educação”, “escola” e de “cidadania” num ambiente de progresso da sociedade, diante da realidade que convive com do funcionamento de escolas sem energia elétrica no Brasil.

As evidências de ainda existirem escolas sem energia elétrica no Brasil apontam que há necessidade de se refletir sobre a falta de equidade e de universalidade de acesso ao ensino

público com qualidade. Como se pensar a vida dos brasileiros sem energia elétrica em suas residências, indústrias, agricultura e ambiente de trabalho? Como pensar a função social das escolas, numa concepção durkheimiana [Émile Durkheim], sem o fornecimento regular de energia elétrica? Neste contexto, o direito constitucional à educação encontra-se ameaçado por incertezas. Relatórios da Unesco, Pesquisas universitárias, fatos e evidências noticiados pela mídia, indicam vulnerabilidade da educação-cidadã no Brasil.

A hipótese central de argumentação entende que escolas sem energia elétrica estão distantes do parâmetro constitucional de educação e de cidadania, constituindo-se em ambientes de incertezas críticas, de anomia social, na implementação de políticas públicas de inovação.

O trabalho foi desenvolvido com base metodológica de pesquisas bibliográficas e pesquisa documental, configurando-se em uma abordagem de pesquisa exploratória. Os resultados encontrados colaboram com a indicação de elementos sensíveis ao planejamento público para subsidiar Planos de Governo nas gestões federal, estadual, distrital e municipal no Brasil.

2. Conceito Constitucional de Educação

O texto da Constituição brasileira aborda a temática da educação descrevendo como um direito fundamental básico e social. A educação é uma política pública de estado e precisa ser ofertada pelo poder público. É um direito e dever do estado para todos os cidadãos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2022a)

No art. 205, são estabelecidos os princípios da educação no Brasil, visando garantir o padrão mínimo de qualidade de educação e ambiente escolar:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

- III - Pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - Garantia de padrão de qualidade;
- VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;
- IX - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 2022a)

O Plano Nacional de Educação – PNE, estabelecido pela Lei nº 13.005/2014 determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no Brasil no período de 2014 a 2024, com previsão de melhoria da infraestrutura das escolas. No art. 2º, são diretrizes do PNE:

- I – Erradicação do analfabetismo;
- II – Universalização do atendimento escolar;
- II – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – Melhoria da qualidade da educação;
- V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VI – Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VII – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento as necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – Valorização dos (as) profissionais de educação;
- X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2022b)

Em consonância com o PNE, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2022c), define o papel da escola pública, direcionando os deveres da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ela divide a educação brasileira em dois níveis que são a educação básica e ensino superior, bem como estabelece a gestão democrática do ensino brasileiro, definindo um padrão mínimo de qualidade para a educação brasileira.

2. 1 Os tipos de educação: formal e informal

A educação é um fenômeno humano que diferencia, em grande medida, as competências, habilidades e atitudes aprendidas. A relevância da educação pode ser medida diante das formas de vida em cada uma das nações contemporâneas, mediadas pela forma

tradicional de educação família, bem como pelas formas de transformação social, mediadas por formas acadêmicas e científicas lecionadas em escolas públicas e privadas nos diversos níveis. Sendo assim, destaca-se os tipos de educação formal e não formal.

Segundo Gohan (2006, p. 28):

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHAN, 2006, p. 28):

Vieira (2005) define a educação não formal como aquela que acontece fora do ambiente escolar, podendo ocorrer em vários espaços, institucionalizados ou não:

Assim, a educação não formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços como museus, centro de ciências, ou qualquer outro em que as atividades sejam desenvolvidas de forma bem direcionada, com um objetivo definido (VIEIRA, 2005, p.21)

3. O conceito de escola e a função social da educação: inovações e incertezas no Brasil

Em termos clássicos, pode-se caracterizar “escola” como uma instituição pública ou privada que promove processos de educação e de ensino com vistas à formação de um cidadão apto à convivência social produtiva em seus mais diversos aspectos, entre os quais cognitivo, motor, cultural, social, tecnológico. De acordo com Significados (2022), escola é:

É a instituição que fornece o processo de ensino para discentes (alunos), com o objetivo de formar e desenvolver cada indivíduo em seus aspectos cultural, social e cognitivo. A palavra escola vem do grego *scholé*, que significa “ócio” - o mesmo que “lazer ou tempo livre”. Este significado advém do conceito de escola na Grécia Antiga, que, diferente do que vemos atualmente, era uma reunião, um momento, em que os cidadãos gregos tiravam um tempo livre para discutirem sobre filosofia e alguns comportamentos sociais. (SIGNIFICADOS, 2022)

3.1 O conceito de escola e sua importância para progresso humano

De acordo com pesquisa realizada por Marques e Castanho (2011) sobre a conceituação de “escola” a partir do sentido construído pelos próprios alunos, entende-se a valorização dessa instituição como “importante” e até mesmo essencial para o progresso humano e vida digna do cidadão, ao mesmo tempo que são identificadas falhas e lacunas severas nas escolas pesquisadas. A falta de qualidade, de sentido, de resultados positivos e efetivos promovem “cansaço” e esmorecem possíveis resultados válidos para vida cidadã e digna:

Os resultados mostram que a escola é importante, sendo promessa de um futuro digno, mas é vivida cotidianamente com aprendizagens não satisfatórias, aulas sem sentido, aulas vagas, relações interpessoais desrespeitosas, percepção de desinteresse público e sensação de cansaço de alunos e professores. Este estudo confirma que, embora valorizada socialmente, a escola mostra dificuldades de cumprir seu papel, segundo os sujeitos da pesquisa. (MARQUES e CASTANHO, 2011)

Machado (2019), apresenta reflexões sobre afinal de contas, qual é o papel da escola, seu artigo destaca o indivíduo enquanto parte de um todo coletivo, cuja escola é o ambiente mediador, facilitador e promotor de resultados viáveis:

[...] ensinar e aprender são, de fato, as primeiras funções da escola. Mas não se resume a isso. [...] a escola é a única instituição capaz de fazer com que crianças e jovens, ao se deslocarem de seu ambiente social de origem, aprendam a conviver com outras pessoas, encarar diferentes visões de mundo e múltiplas possibilidades culturais e de conhecimento. (MACHADO, 2019)

3.2 A função social da escola determina o “ser social”

A teoria clássica sobre a função social da escola traz como representante Émile Durkheim, sociólogo francês, que entende a escola como espaço de socialização e construção do “ser social”:

Para Durkheim, a educação teria como função substancial transmitir o legado sociocultural de um determinado contexto, tendo como resultado um processo de socialização que possibilitaria a constituição do que ele denomina de “ser social”. [...] A educação, neste sentido, será aquela capaz de internalizar no indivíduo todos os sentimentos, ideias e valores, em resumo, todo o conhecimento acumulado da sociedade da qual ele faz parte. (SOARES e WEISS, 2021)

Na análise sobre a função social da escola, Oliveira (2017) analisa a temática sob dimensões diversas, sobretudo no que tange à (a) formação da identidade, (b) formação docente, (c) formação para a cidadania. Em sua pesquisa, reforça o papel de existir um valor social ampliado da escola enquanto participante de que a educação escolar também é uma “educação familiar”:

... a instituição escolar, em tempos atuais, não é apenas o espaço para a socialização da diversidade cultural, a aquisição de conhecimentos científicos e de formação para a cidadania. [...] A prática docente se confunde com os cuidados da educação de base, denominada de educação familiar, pois, em alguns momentos, é necessário o professor reprimir, conversar, impor limites. (OLIVEIRA, 2017, p. 9).

Continua em sua pesquisa com argumentos de que a escola se encontra inserida na sociedade e a condição de desigualdade e que a condição de trabalho para professores tem impactos incertos em inovações:



Vivemos em uma sociedade desigual, que a cada dia apresenta mudanças comportamentais, tecnológicas, em que o mercado de trabalho tornou-se um espaço mais competitivo, transformando os indivíduos em consumidores bem atuantes. (OLIVEIRA, 2017, p. 9)

Ainda sobre a função social da escola, Gomes (2014) em sua pesquisa de doutorado sobre o surgimento da escola e seu papel social, entende que:

A escola é um lugar marcado pela diversidade de pessoas que ali convivem, e, ao discutir sua função social é inevitável pensar nos elementos culturais presentes de diferentes formas em seu interior, bem como em sua função como instituição do Estado, estando a ele ligada, tendo, portanto, que seguir as normas estabelecidas. (GOMES, 2014).

E nesse contexto que envolve o conceito de escola e sua função social, quais seriam as principais características de uma escola de sucesso? De acordo com Wpensar (2022) 10 características podem ser listadas: 1 – Clima favorável à aprendizagem; 2 – Projeto pedagógico de qualidade; 3 – Qualificação dos colaboradores; 4 – Professores e gestores líderes; 5 – Atividades extracurriculares; 6 – Número ideal de alunos; 7 – Tecnologia como ciência; 8 – Presença da família na escola; 9 – Comunicação de qualidade; 10 – Reconhecimento do sucesso.

3.3 A qualidade do ensino do Brasil: indicadores e incertezas

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2019, realizada pelo IBGE (2022), é uma pesquisa anual realizada em todo território Nacional. De acordo com as notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE, é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais.

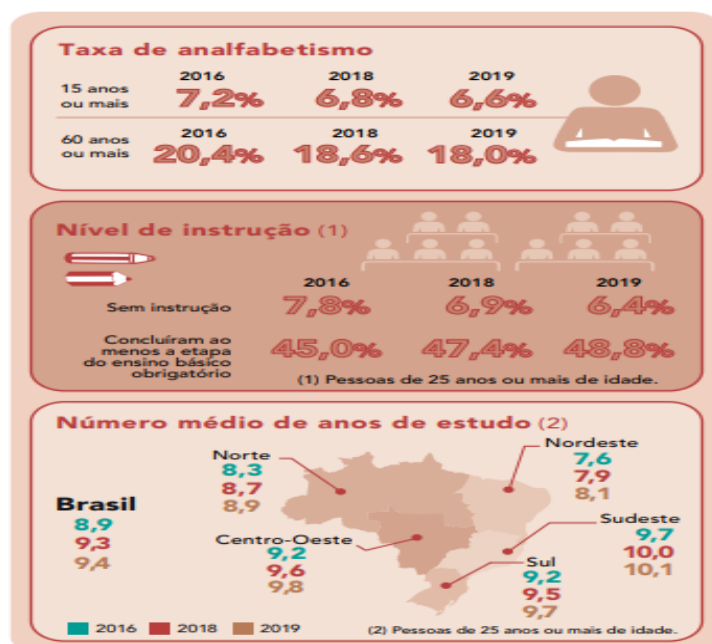


Figura 01: Taxa de analfabetismo, nível de instrução, número médio de anos de estudo. Fonte: IBGE, 2022.

De acordo com o PNAD Contínua (2019), no Brasil, em 2019, havia 11 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,6%. Dessas pessoas, 56,2% (6,2 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 21,7% (2,4 milhões de pessoas) na Região Sudeste. (IBGE, 2022)

Taxa de analfabetismo	Taxa de analfabetismo (%)													
	15 anos ou mais							60 anos ou mais						
	2016	2017	2018	2019	Variação			2016	2017	2018	2019	Variação		
					2018/ 2019	2017/ 2018	2016/ 2019					2018/ 2019	2017/ 2018	2016/ 2019
Brasil	7,19	6,92	6,77	6,60	↓	↓	↓	20,36	19,21	18,59	18,00	↓	↓	↓
Norte	8,51	8,00	7,98	7,60	↓	↓	↓	29,95	27,39	27,02	25,50	↓	↓	↓
Nordeste	14,79	14,48	13,87	13,90	↑	↓	↓	39,78	38,65	36,87	37,20	↑	↓	↓
Sudeste	3,76	3,51	3,47	3,30	↓	↓	↓	11,64	10,57	10,33	9,70	↓	↓	↓
Sul	3,61	3,52	3,63	3,30	↓	→	↓	11,31	10,86	10,80	9,50	↓	→	↓
Centro-Oeste	5,71	5,23	5,40	4,90	↓	→	↓	21,18	18,96	18,27	16,60	↓	↓	↓

Figura 02: Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%). Fonte: IBGE, 2022.

No que se refere ao ano de 2019, a porcentagem da taxa de analfabetismo com pessoas com mais de 60 anos ou mais no Brasil foi 18,00%, a variação entre 2018 e 2019 houve declínio. Em 2019, no Norte a taxa foi 25,50%, a variação entre 2018 e 2019 houve declínio, no Nordeste foi 37,20%, a variação entre 2018 e 2019 houve crescimento em relação aos anos anteriores. No Sudeste a taxa foi 9,70%, a variação entre 2018 e 2019 houve declínio, no Sul foi 9,50%, a variação entre 2018 e 2019 houve declínio e no Centro-Oeste foi 16,60%, a variação entre 2018 e 2019 também houve declínio. (IBGE, 2022)

4. As “quase-escolas” – escolas sem energia elétrica

A situação da qualidade do ensino no Brasil tem sido negativa ao longo dos últimos anos, com curvas de estagnação em seus principais indicadores oficiais. Há agravantes na nos indicadores, com focos de extrema limitação ao processo de inovação do ensino aprendizagem, quando identificamos a ainda existências de “escolas sem energia elétrica”.

Em 2019 a Organização das Nações Unidas – Unesco em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, apresentou um relatório que avalia a qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil.

O estudo apresentou dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A pesquisa foi desenvolvida por se tratar da importância da qualidade da infraestrutura da educação. De acordo com relatório da Unesco publicado em 2019:

Ficou muito evidente que as escolas têm alguns limites estruturais quanto à sua infraestrutura. Por exemplo, observamos que as escolas rurais, com poucos alunos e que atendem aos anos iniciais do ensino fundamental têm sistematicamente escores mais baixos comparadas às escolas com maior nível de complexidade. Os relatórios de monitoramento da qualidade da infraestrutura por município e por escola foi uma tentativa de dar relevo a isso. Neles são apresentados os escores dos indicadores dos conjuntos das escolas do município comparado às escolas municipais do estado e do país, complementarmente, os indicadores para cada escola do município que são comparados ao conjunto de escolas com a mesma localização e nível de complexidade. (UNESCO, 2022, p. 68)

O estudo verificou que os valores mais altos dos valores de infraestrutura estão concentrados nas escolas que tiveram bons resultados no Ideb, indicando que os resultados escolares são maiores quando a infraestrutura da escola é melhor.

A pesquisa da Unesco (2022), afirma que a demanda pela melhoria de desempenho da educação pública, inclui a necessidade de um ambiente agradável, prazeroso, limpo, e

conservado que ofereça condições de bem-estar aos alunos e professores para o bom andamento do trabalho escolar, sem negligenciar outros aspectos.

Foi verificado que nas regiões do país, unidades da federação e área escolar (urbana e rural) que as desigualdades regionais de ensino impactam nos resultados educacionais e nas oportunidades (Unesco, 2022).

Em artigo sobre modelo conceitual para a avaliação da infraestrutura escolar no ensino realizado em 2019, da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP, 2022), a professora Maria Tereza Gonçalves Aves *et. al* esclarece que a infraestrutura é fator de insumo e, ao mesmo tempo, de processo fundamental para a garantia do direito à educação.

O Inep (2022) realiza anualmente Censo Escolar anual e indica dados que comprovam a existência das escolas sem fornecimento de energia ou com energia à gerador fóssil:

Quadro 01 – Escolas sem energia elétrica no Brasil – 2019 a 2021

Censo escolar			
Ano	2019	2020	2021
Escolas com energia gerador fóssil	27	1.766	1.864
Escolas energia inexistente	0	3.817	3.421
Total escolas	140.242	138.816	138.803

Fonte: Inep (2022) - Censo Escolar

De acordo o Censo Escolar do Inep (2022), no ano de 2019 as escolas públicas no Brasil somaram um total de 140.242. As escolas com energia gerador fóssil foram 27 e as escolas com energia inexistente foi zero. No ano de 2020 o total de escolas públicas foram 138.816. As escolas com energia gerador fóssil foram 1.766. As escolas com energia inexistente foram 3.817. No ano de 2021 o total de escolas públicas foram 138.803. As escolas com energia gerador fóssil foram 1.864 e no mesmo ano as escolas com energia inexistente totalizou em 3.421.

O jornal O TEMPO (2022) ressalta que as escolas sem energia elétrica ainda são obstáculo para inclusão digital no Brasil. Apresenta argumentos de que não será possível melhorias de acesso ao 5G em parte desse universo escolar:

A volta dos estudantes para as escolas públicas no pós-pandemia do coronavírus ainda não conta plenamente com a inclusão digital, e aproximadamente 4 mil escolas da rede



pública do país não contam nem com energia elétrica. Levar instalações elétricas para essas unidades de ensino é um dos desafios para que seja possível incluir mais estudantes no mundo digital, de acordo com a secretária de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Nathalia Lobo, que concedeu entrevista exclusiva a O Tempo. (O TEMPO, 2022)

Em VÍDEO O TEMPO (2022), há apresentação de entrevista secretária do governo federal do programa 5G do Brasil, que pode ser analisada em sua complexidade. Por sua vez, a UMES (2022) indica uma situação crítica em que “mais de oito mil escolas do país estão no escuro. Na sala de aula, falta luz e sobra calor. O aluno se esforça para enxergar o que escreve: “A gente não vê quase nada no caderno”, diz.” Para além da questão da energia elétrica, as instituições de ensino não têm água – “Em uma escola municipal em Codó, no interior do Maranhão, não há ventiladores nem lâmpadas. Sem bomba para puxar água do poço, as crianças são forçadas a carregar baldes.”

O #Jornal da Manhã (JOVEM PAN NEWS, 2022), vem a destacar a precariedade das escolas apresentando o fato de que “Quase um terço das escolas brasileiras não tem energia elétrica ou esgoto”. Essa situação também foi amplamente divulgada em matéria pela JOVEM PAM (2022).

O site MONITOR MERCANTIL (2022), em dezembro de 2021, indica que no Brasil há Mais de 10 mil escolas sem água e 3,8 mil sem energia elétrica e investimentos em educação infantil caíram 86%. Nessa reportagem, a Agência Senado apresenta que “Em 2021 [até 9 de dezembro], o MEC pagou só 9% do montante autorizado para dar suporte à infraestrutura nas escolas públicas. É muito aquém do que deveria ser, considerando a situação precária no Brasil”. No cenário atual, continua quantificando e qualificando a realidade perversa da educação no Brasil, “onde há 10.105 escolas sem água potável, 3.818 sem energia elétrica e 8.650 sem esgoto, milhares de escolas sem banheiro”, afirmou Arns [Senador]”.

Um cenário de séculos passados, ultrapassados e arcaicos, mas que continuam sendo realidade. É aceitável um Mundo sem eletricidade nas residências, escritórios, fábricas e agricultura? (MUSEUWEG, 2022)

Considerações Finais:

O tema desse artigo científico é sobre as escolas sem energia elétrica no Brasil: inovações e incertezas da educação-cidadã. A infraestrutura das escolas públicas de ensino básico no Brasil reflete diretamente na qualidade da educação e no ensino. A falta de energia elétrica nas escolas públicas impacta negativamente no processo de aprendizagem.

No relatório da Unesco de 2019 em parceria com a UFMG, conclui-se que as melhores estruturas tiveram as melhores avaliações no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). A pesquisa destaca a infraestrutura é fator importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento da educação.

Conforme estabelecido na constituição federal o direito a educação, ao ensino é direito de todos. Caso o 5G não esteja em todas as escolas, o programa governamental estará fugindo do direito a educação dos artigos 205 e 206 da Constituição Federal. A educação é a mediação da linguagem, da acessibilidade para amenizar as desigualdades.

A educação pública no Brasil merece atenção das políticas públicas. É necessário um grande esforço por parte do governo na gestão do desempenho educacional. O sistema educacional é impactado pelas desigualdades. A equidade e cidadania busca por estrutura e qualidade das escolas e do ensino.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 jul. 2022a.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 28 jul. 2022b.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 10 jul. 2022c.

GOMES, Alessandra. **Função social da escola:** ... Tese Doutorado. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16164/1/Alessandra%20de%20Oliveira%20Capuchinho%20Gomes.pdf> Acesso em: 31 jul. 2022

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Acesso em: 03 ago. 2022.



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.

INEP. Censo Escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/centso-escolar>. Acesso em: 23 jul. 2022

JOVEM PAM. Site. Unesco. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/unesco-ufmg-infraestrutura-das-escolas.html>. Acesso em: 15 jul. 2022

JOVEM PAN NEWS. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TxHADzI_-Nc. Acesso em: 16 jul. 2022.

MACHADO, Katia. - Afinal, qual é a função social da Escola? Disponível em: <https://www.epsv.fiocruz.br/noticias/reportagem/afinal-qual-e-a-funcao-social-da-escola>. Acesso em: 31 jul. 2022.

MARQUES, Patrícia; e CASTANHO, Marisa. O que é a escola a partir do sentido construído por alunos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/cFhY4m7NZp6Q3YCCxgtMkcb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MONITOR MERCANTIL. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/mais-de-10-mil-escolas-sem-agua-e-38-mil-sem-energia/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MUSEUWEG, 2022. Disponível em: <https://museuweg.net/blog/como-seria-o-mundo-sem-eletricidade/>. Acesso em: 2 ago. 2022

O TEMPO. Jornal. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/escolas-sem-energia-eletrica-ainda-sao-obstaculo-para-inclusao-digital-no-brasil-1.2659327>. Acesso em: 15 jul. 2022.

OLIVEIRA, Marcela F. de. **A função social da escola....** Monografia 2017 Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12470/1/MOliveira.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022

RBEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – Modelo Conceitual para Avaliação da Infraestrutura Escolar no Ensino Fundamental, 2019. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3734/3469>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SIGNIFICADOS. Disponível em: <https://www.significados.com.br/escola/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20a%20Escola,%E2%80%99Clazer%20ou%20tempo%20livre%E2%80%99D>. Acesso em: 29 jul. 2022

SOARES, Rhuany; e WEISS, Raquel. A educação como socialização em Émile Durkheim. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/11520#:~:text=Para%20Durkheim%2C%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20teria,denomina%20de%20%E2%80%99Cser%20social%E2%80%99D>. Acesso em: 24 jul. 2022

UMES (2022). União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo. Disponível em: <https://www.umes.org.br/index.php/noticias/15-noticias/1538-brasil-tem-oito-mil-escolas-sem-energia-eletrica-e-ate-sem-agua>. Acesso em: 11 jul. 2022

UNESCO. Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil, 2019. Brasília, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368757?posInSet=1&queryId=7990941a-c4d6-47cc-94a7-f163404e5ce8>. Acesso em: 27 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – Pesquisa da UFMG e Unesco avalia a Qualidade da Infraestrutura das Escolas Brasileiras, 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de->



[imprensa/release/pesquisa-da-ufmg-e-unesco-avalia-qualidade-da-infraestrutura-das-escolas-brasileiras](#) Acesso em: 27 jul. 2022.

VÍDEO - O TEMPO (2022). Entrevista secretária do programa 5G do Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V2yrfZw6tjM>. Acesso em: 22 jul. 2022.

VIEIRA, Valéria; BIANCONI, Maria Lúcia; DIAS, Monique. Espaços não-formais de ensino e o currículo de ciências. Ciência e Cultura, São Paulo, n. 4, Oct./Dec. 2005. Acesso em: 03 ago. 2022.

WEPENSAR. Blog. Conheça as 10 características das escolas de sucesso. Disponível em: <https://blog.wpensar.com.br/gestao-escolar/10-caracteristicas-das-escolas-de-sucesso/> Acesso em: 29 jul. 2022.